

Programa Formando Cidadão: Práticas Exitosas no Combate à Violência

Citizen Training Program: Successful Practices in Combating Violence

Gisele de Almeida Nascimento¹

RESUMO

O Programa Formando Cidadão (PFC) tem realizado um trabalho de prevenção e combate à violência junto à rede socioeducativa. Este relato de experiência tem como objetivo apresentar o trabalho desenvolvido pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no combate à violência na cidade de Manaus. Metodologia: pesquisa documental, entrevista semiestruturada e questionário. O programa opera em sete unidades em todo o estado do Amazonas, por meio de parcerias com outras instituições. No trabalho, identificam-se as iniciativas de atendimento a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, em bairros da periferia, a partir do que preza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Justiça Restaurativa (JR) e os Direitos Humanos. Os resultados no primeiro semestre de 2024, foram registrados 38.316 atendimentos a 288 adolescentes, com média de 133 atividades por aluno e crescimento de 54% das matrículas. Não houve casos de evasão escolar ou reincidência em atos infracionais. Os bairros de Jorge Teixeira e da AM-010 apresentaram os maiores índices de adesão, refletindo a concentração de jovens em contextos de maior vulnerabilidade social. Conclusão: o programa reúne atividades esportivas, de música e de reforço escolar no mesmo lugar, constituindo uma prática exitosa de prevenção primária e secundária à violência.

Palavras-chave: adolescentes; escola, segurança pública; polícia militar; combate à violência.

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática - PPGEICIM/UFAM (2020). Pós-graduada em Gestão em Saúde pública. Pós-graduada em Políticas Públicas Socioeducativas (UNB). Bacharel em Enfermagem pela Estácio do Amazonas. Bacharel em Serviço Social pela UFAM (2011) e Licenciada em Ciências Biológicas pela UEA (2011), tem experiência como professora no PARFOR/UEA e como professora da educação básica. Atualmente é tutora EAD do curso Técnico em Agente Comunitário em Saúde CONASEMS/UFRS e Tutora presencial do curso de especialização em Educação museal: Fundamentos técnicos e pedagógicos de Aprendizagem EAD (UEA). Trabalha na diretoria de Promoção Social da Polícia Militar - DPS. Participa do Coletivo de Estudos e Pesquisas em Estado Ampliado e Políticas Públicas, bem como do RePPed Amazonas.

ABSTRACT

The Formando Cidadão Program (PFC) has carried out prevention and violence reduction initiatives within the socio-educational network. This experience report aims to present the work developed by the Military Police of Amazonas (PMAM) in combating violence in the city of Manaus. **Methodology:** documentary research, semi-structured interviews, and questionnaires. The program operates in seven units across the state of Amazonas through partnerships with other institutions. The work identifies initiatives aimed at assisting children and adolescents in situations of social vulnerability in peripheral neighborhoods, in accordance with the principles of the Statute of the Child and Adolescent (ECA), Restorative Justice (RJ), and Human Rights. **Results:** In the first semester of 2024, 38,316 services were recorded for 288 adolescents, with an average of 133 activities per student and a 54% increase in enrollment. There were no cases of school dropout or recidivism in infractions. The neighborhoods of Jorge Teixeira and AM-010 showed the highest participation rates, reflecting the concentration of young people in contexts of greater social vulnerability. **Conclusion:** The program brings together sports, music, and academic support activities in the same environment, constituting a successful practice of primary and secondary violence prevention.

Keywords: adolescents; school; public safety; military police; combating violence.

1 INTRODUÇÃO

O desafio da política de segurança pública e da socioeducação transcende o simples amparo, concentrando-se, sobretudo, na garantia da continuidade da formação escolar e da efetiva reinserção social dos adolescentes em situação de vulnerabilidade. A complexidade dessa missão reside na associação dos múltiplos fatores de risco que compõem o contexto social desses jovens, notadamente a violência estrutural, a profunda vulnerabilidade social, o contato com a privação de liberdade e o histórico de fracasso escolar. Tais variáveis demandam do Estado e da sociedade uma intervenção desestigmatizante, que substitua a lógica punitiva por abordagens pedagógicas e restaurativas, fundamentais no reconhecimento pleno dos adolescentes como sujeitos de direito.

A redução no número de jovens privados de liberdade no sistema socioeducativo nacional (de mais de 23 mil para 12,3 mil em dez anos), sinalizada pelo relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2024), reforça a relevância de programas preventivos em meio aberto

na proteção aos adolescentes. Nesse contexto, o Programa Formando Cidadão (PFC) da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), implantado em 1997 pela Portaria nº 889 DP-97, destaca-se por prevenir riscos sociais e pessoais de jovens entre 12 e 17 anos, por meio de estudos, esportes saudáveis e práticas cívicas e profissionalizantes, contando com mais de 32 policiais capacitados.

Dessa maneira, a pesquisa se propôs a investigar quais são as contribuições do Programa Formando Cidadão, da Polícia Militar do Estado do Amazonas, para o distanciamento dos adolescentes da violência, à luz dos direitos humanos e da justiça restaurativa?

O objetivo geral do trabalho é analisar a estruturação do PFC para o atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e com histórico de ato infracional na cidade de Manaus. Os objetivos específicos visam: a) apresentar as metodologias de trabalho e educacionais utilizadas pela equipe do Programa Formando Cidadão; e b) identificar práticas pedagógicas e sociais que demonstram eficácia no distanciamento de adolescentes da violência.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental (referente ao relatório do programa do ano de 2024), de entrevistas semiestruturadas e de questionários aplicados a quatro instrutores. As perguntas abordaram qualificação, currículo, desafios, metodologias, feedback dos alunos, motivação e relação com as famílias. Somente parte dessas informações foi utilizada neste trabalho, devido à extensão do relato e à priorização dos objetivos específicos.

A motivação do estudo decorre da experiência de dez anos como policial militar e educadora em uma escola militar da PMAM, bem como do atual serviço na Diretoria de Promoção Social da Polícia (DPS), atuando no acompanhamento de adolescentes em ato infracional e no apoio às atividades desenvolvidas pelos profissionais do PFC.

2 DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA

O ordenamento jurídico brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988, efetivou diversos direitos (Soveral, 2013), incluindo o direito à educação, à saúde e à moradia digna. No contexto infantojuvenil, superou-se a visão de “menores em situação irregular” para reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (Zanella; Costa, 2018). Essa concepção, própria da doutrina da proteção integral, foi

legitimada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990.

Para França (2022), houve uma transição histórica: do “menor infrator”, submetido a práticas de correção punitiva, para o sujeito de direitos, demandante de políticas diferenciadas. Em oposição à lógica retributiva, a Justiça Restaurativa (JR) propõe respostas ao conflito baseadas no reparo, na responsabilização, na participação e na reintegração (ENS, 2020; Moraes; Bretas, 2018).

Zehr (2015), em *Changing Lenses*, relata que círculos restaurativos em escolas norte-americanas reduziram em 35% as suspensões por violência em três anos. No Brasil (2021), em avaliação da JR no sistema socioeducativo do Rio Grande do Sul, identificou-se 70% de adesão dos jovens aos planos de reparação, com baixa reincidência (18%) em dois anos.

UNICEF (2023) aponta que programas restaurativos na América Latina diminuíram em 22% a violência escolar em comunidades vulneráveis. Nesse aspecto, o PFC alinha-se plenamente à Justiça Restaurativa ao priorizar o diálogo afetivo, a mediação familiar e a reintegração social, funcionando como mecanismo prático-preventivo.

A violência é um fenômeno multicausal, relacionado a condições estruturais, aspectos comportamentais e desigualdades econômicas e socioculturais (Aguiar, 2022). O enfrentamento desse fenômeno exige, portanto, a atuação de profissionais capazes de mediar o desenvolvimento juvenil, como o educador social. Para Vieira (2021), o educador social é um mediador intercultural, um mediador socioeducativo, um construtor de pontes entre culturas, pessoas, grupos e comunidades.

3 METODOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PFC

O Programa Formando Cidadão surgiu em 1997, em resposta ao aumento da violência juvenil em Manaus, marcada por altas taxas de homicídios e evasão escolar. A portaria nº 889/DP-97 estabeleceu como objetivos prevenir riscos sociais, promover a cidadania e favorecer a reinserção social por meio de atividades estruturadas. No ano da criação do PFC, o contexto era de crise de legitimidade da polícia e de ausência de políticas preventivas nas periferias.

Atualmente, o programa opera em sete unidades, sendo seis em Manaus e uma no interior do Estado do Amazonas, contando com 32 policiais militares que atuam como educadores sociais (Relatório anual do PFC, 2024), além do trabalho de voluntários e de parcerias com universidades e empresas parceiras.

3.1 Estrutura e Currículo do Programa

As unidades foram organizadas para comportar turmas de forma intercalada (Turma A: segundas e quartas; Turma B: terças e quintas), com previsão de atender 330 alunos em 2024. A seleção dos jovens prioriza a proximidade com a unidade para garantir a regularidade, sendo pré-requisito a matrícula e a frequência escolar.

A equipe conta com uma estrutura educacional composta por diretoria e coordenação pedagógica, além de instrutores e voluntários. O currículo mínimo do PFC (Quadro 1) abrange:

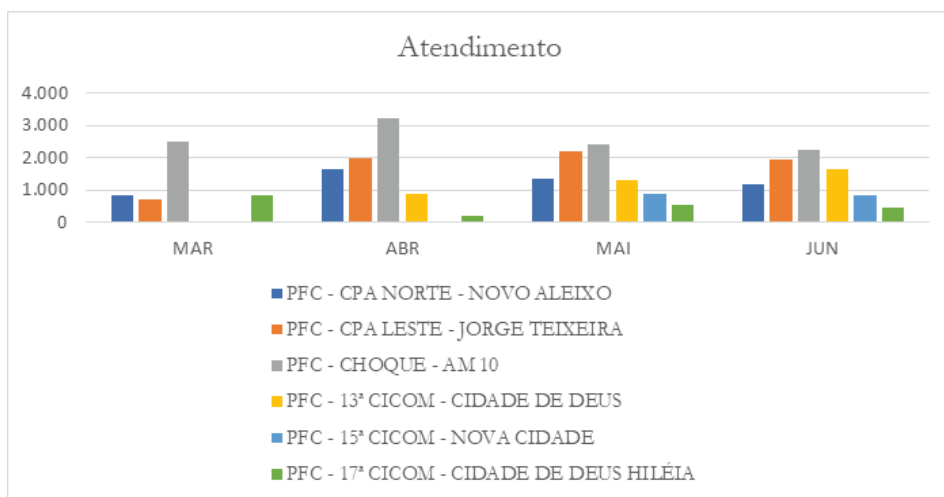
Quadro 1 – Currículo mínimo PFC

Área do conhecimento/ atividade	Disciplina/ Atividade específicas
Formação cívica e moral	Ordem unida, hinos e canções, ética, cidadania e boas maneiras
Saúde e bem-estar	Prevenção e combate às drogas, higiene e saúde, educação ambiental, prevenção ao suicídio e ansiedade
Reforço escolar	Língua portuguesa e matemática
Artes e música	Instrução musical: Flauta doce; canto e instrumentos de corda.
Prática Esportiva	Lutas, corridas, Futebol, Futsal e voleibol
Palestras e Orientação	Educação para o trânsito, Ingresso na carreira Militar, Violência doméstica, Educação Financeira, Orientação para a entrevista de emprego
Qualificação Profissional	Cursos de informática, cursos profissionalizantes, menor aprendiz, mercado de trabalho

Fonte: elaborado pela autora a partir do Relatório anual do programa de 2024.

Em 2023, foram atendidos 330 adolescentes e realizados 175.995² (cento e setenta e cinco mil e novecentos e noventa e cinco) atendimentos (Relatório anual do PFC, 2024). A captação de novos jovens ocorre por meio das redes sociais, indicação de alunos e ações de aproximação nas escolas, demonstrando a adaptação do programa às novas dinâmicas sociais.

Figura 1 – Atendimento março a junho (2023)



Fonte: elaborado pela autora a partir do Relatório anual do programa de 2024.

Segundo o gráfico (Figura 1), os bairros de Jorge Teixeira (localizado no CPA Leste) e AM-010 (Batalhão de Choque) lideram os atendimentos entre março e junho de 2024, com picos de 2.206 e 3.224 atendimentos, respectivamente, reflexo de sua alta densidade populacional e vulnerabilidade social, conforme o Atlas da Violência 2023 (IPEA/FBSP, 2023), que aponta Jorge Teixeira como um dos bairros com maiores taxas de homicídios juvenis em Manaus (acima de 80 por 100 mil habitantes).

² Os atendimentos são mensurados pela quantidade de atividades, intrusão que cada aluno recebe ao longo do dia e somado ao longo do ano. Este número é repassado mensalmente via relatório pelos instrutores.

Em contrapartida, unidades como as da cidade de Deus, Redenção (13ª e 17ª CICOM) e Nova Cidade (15ª CICOM) registram volumes menores (1.626 atendimentos na Cidade de Deus), indicando expansão estratégica do PFC em áreas de recente implantação. Essa distribuição territorial revela a capacidade adaptativa do programa em priorizar *hotspots* de violência, alinhando-se as diretrizes do Plano Estadual da Segurança Pública do Amazonas (2021-2030), que recomenda intervenções socioeducativas em bairros com IDH abaixo de 0,6.

3.2 O Diálogo e a Afetividade como Instrumentos Restaurativos

A intervenção dos instrutores é pautada no diálogo e na afetividade, elementos característicos das práticas restaurativas e essenciais para eficácia pedagógica. A equipe do PFC atua em uma robusta rede com as escolas, visando combater a evasão escolar e o baixo rendimento. Conforme o entrevistado 1 (E1), instrutor do programa desde 2021, há um estreitamento no contato com os pedagogos das escolas:

A gente praticamente cria um estreitamento com os pedagogos das escolas... à medida que os alunos que participam do programa formando cidadão, tem algum tipo de evasão escolar, algum problema na escola. O pedagogo geralmente entra em contato diretamente com a gente, para informar essa situação (E1).

Essa comunicação direta permite uma intervenção rápida, sobretudo em casos de notas baixas ou comportamento violento, situações em que a abordagem e o diálogo dos instrutores geralmente surtem efeito. Intervenções rápidas reduzem conflitos.

A afetividade, como apontado por Milani, Bento-Soares e Schiavon (2021), é vista como um elo necessário que influencia a qualidade das relações estabelecidas entre as pessoas e o conhecimento, sendo essencial para o trabalho dos instrutores. O uso do diálogo e da intervenção afetiva pelos instrutores, portanto, é um fator determinante para mudança de comportamento dos adolescentes e seu distanciamento da violência. Conforme destaca o entrevistado 2 (E2):

O Programa Formando Cidadão transforma vidas e constrói futuros. É uma ação essencial para resgatar crianças e adolescentes em situação de risco e prepará-los para os desafios da sociedade e para um futuro profissional melhor. (E2).

O programa tem a preocupação com a inserção dos jovens no mercado de trabalho, firmando parcerias com empresas privadas para participação no Programa Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego. O acompanhamento familiar complementa a abordagem restaurativa e preventiva desenvolvida pelo PFC. A realidade das famílias dos jovens que participam do programa é marcada por uma precarização social semelhante à descrita por Ventura (2016), o que demanda esse apoio institucional.

3.3 Resultados e Evidências de Eficácia do PFC

No 1º semestre de 2024, o PFC atendeu 38.316³ vezes a 288 alunos ativos, com média de 133 atendimentos por aluno, equivalente a 8 atividades semanais (aulas, esportes, palestras etc.). O programa cresceu 54% em matrículas (de 187 para 288), demonstrando alta captação de jovens em periferias. Não houve evasão (0 desligamentos) nem reincidência em atos infracionais (0 registros de ocorrências), sugerindo eficácia no distanciamento da violência. Foram realizados 12 cursos profissionalizantes, com 503 atendimentos, e 1 alistamento militar. O engajamento familiar foi robusto: 11 reuniões, com 457 participações (média de 41 pais por reunião).

³ Os atendimentos são mensurados pela quantidade de atividades, instrução que cada aluno recebe ao longo do dia e somado ao longo do ano. Este número é repassado mensalmente via relatório pelos instrutores.

Quadro 2 – Produtividade do PFC, de março a junho de 2024

Mês	Alunos Matriculados (capital e interior)	Atendimentos totais	Média de atendimentos por alunos
Março	187	6.908	36,9
Abril	226	10.645	47,1
Maiο	277	10.921	39,4
Junho	288	9.842	34,2
Total 1º semestre	288 alunos ativos em junho	38.316	133 por alunos (média semestral)

Fonte: elaborado pela autora a partir da planilha de controle de atendimento do Ano de 2024.

Observa-se a expansão do Programa, considerando que o crescimento de matrículas entre março e junho passou de 187 para 288 alunos, um aumento de 101 alunos, representando 54%, o que evidencia a capacidade de captação, retenção e participação de jovens nos ativos no PFC. A intensidade de atendimentos demonstra a frequência efetiva dos alunos ativos ao longo do semestre.

O programa estabelece uma comunicação contínua com pais e responsáveis por meio de grupos de WhatsApp, para repasse de atividades e informações sobre faltas (E1). Além disso, encontros presenciais ocorrem em momentos cruciais – no início, meio e no final do ano –, além de confraternizações. Essa rede robusta (família-escola-programa) constitui a base do fortalecimento de vínculos.

O PFC prioriza o acompanhamento interno e contínuo dos jovens, registrando frequência, retenção e participação ativa como indicadores primários. Dados como evasão escolar na rede de ensino e reincidência em atos infracionais fora do ambiente do programa não são coletados pelo PFC, pois dependem de sistemas externos – Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da Polícia Militar no Estado do Amazonas, por meio do PFC, representa uma prática exitosa na prevenção primária e secundária da violência, plenamente alinhado ao ECA, à Justiça

Restaurativa e aos Direitos Humanos. A rede família-escola-PFC, sustentada pelo diálogo afetivo, pela qualificação dos educadores e pela intensidade das atividades (média de 133 atendimentos por aluno no 1º semestre de 2024), tem reduzido a evasão escolar, eliminado a reincidência infracional (zero registros) e promovido a inserção laboral (503 atendimentos em cursos profissionalizantes).

O uso do diálogo e da intervenção afetiva pelos instrutores, característicos das práticas restaurativas, é um fator determinante para a mudança de comportamento dos adolescentes e seu distanciamento da violência e, conseqüentemente, do ato infracional. A ausência de evasão e de ocorrências negativas entre os 288 jovens ativos, em contexto de alta vulnerabilidade social nos bairros atendidos, constitui evidência concreta da eficácia do programa, reforçada pelo crescimento de 54% nas matrículas (de 187 para 288) e pelo engajamento familiar, com 457 participações em 11 reuniões.

5 REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. L. F. **O Impacto da exposição às situações de violência sobre o atraso escolar no estado do Ceará.** In: *Anais...* [S. l.]: ResearchGate, 2022.

AMAZONAS. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESPDS-AM (2021-2030).** Manaus: SSP- AM, 2021. Disponível em: Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Plano-Estadual-de-Seguranca-Publica-e-Defesa-Social.pdf>. Acessado em 11.11.2025.

BRASIL. Secretaria de Estado e Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo. **Avaliação de práticas restaurativas no sistema socioeducativo do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: SEJUSP, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Relatório.** Brasília, DF: CNJ, 2024.

COSTA, Ricardo Peres da; ZANELLA, Maria Nilvane. A construção do Projeto Político-Pedagógico da Socioeducação. In: SILVA, Alex Sandro da; ZILLOTTO, Flávia Palmieri de Oliveira; FEITOSA, Juliana Biazze (Org.). **Cadernos de Socioeducação: Bases Teórico- Metodológicas da Socioeducação.** Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2018. p. 25-41.

ESCOLA NACIONAL DE SOCIOEDUCAÇÃO (ENS). **Meio Fechado: Justiça e Práticas Restaurativas: Unidades 2 e 3.** [Brasília, DF]: ENS, 2020.

FRANÇA, Karla (Org.). **As práticas profissionais no fortalecimento das redes de Proteção e defesa do direito das crianças e dos adolescentes: nas Escolas, Instituições e Conselhos**. 1. ed. Brasília, DF: Efeito Sete: Universidade de Brasília, 2022. E-book. DOI: <https://doi.org/10.36599/esete.978-65-993617-7-7>.

FBSP. **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12614>. Acesso em: 11.11.2025.

MILANI, Daiane; BENTO-SOARES, Rosane; SCHIAVON, Leticia. A afetividade como elo na mediação pedagógica em um curso de capacitação. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 103689-103707, 2021.

MORAES, Salete Maria Farias de; BRÊTAS, José Roberto da Silva. A Pedagogia Socioeducativa no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). **Revista Cadernos de Socioeducação**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 25-40, 2018.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (PMAM). **Relatório Anual do Programa Formando Cidadão [Ano]**. Manaus, AM: PMAM, 2024.

SOVERAL, Raquel Tomé. A Justiça Restaurativa e a garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. In: Seminário Internacional de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa, 1., 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais [do] I Seminário Internacional de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/mediacao_e_jr/article/view/10912. Acesso em: 10.09.2025.

UNICEF. Relatório anual de violência escolar na América Latina. Nova York: UNICEF, 2023.

VENTURA, Ricardo. **O Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos na rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro: sentidos produzidos pelas contrarreformas em curso**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

VIEIRA, C. D. et al. O Educador Social como mediador intercultural. **Revista Prática Docente**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 147-158, 2021.

ZEHR, Howar. **Changing lenses: restorative justice for our times**. 25th

Data da submissão: 15.10.2025.

Data da aprovação: 10.11.2025.